

Domingo de manhã

**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS/GO  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2026****01 – ESTAGIÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO****Instruções**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. ATENTE-SE AOS AVISOS CONTIDOS NO QUADRO DA SALA E **AGUARDE O 2º SINAL SONORO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES E INICIAR A PROVA.**

2. Seus **pertences deverão estar armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal**, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER MATERIAL NÃO PERMITIDO EM EDITAL É EXPRESSAMENTE PROIBIDA, **ACARRETANDO A SUA IMEDIATA EXCLUSÃO DO CERTAME.**

3. APÓS O 2º SINAL, CERTIFIQUE-SE DE QUE:

- ESTE CADERNO DE QUESTÕES CONTÉM **40** QUESTÕES LEGÍVEIS;
- ESTE CADERNO CONTÉM **1** QUESTÃO DISCURSIVA;
- OS FISCALIS INFORMARAM CORRETAMENTE O **TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE PROVA DE 03H30MIN.**

4. Cada questão oferece **4 alternativas** de respostas, representadas pelas letras **A, B, C e D**, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.

5. A PESSOA CANDIDATA **DEVE ASSINAR** A(S) SUA(S) FOLHA(S) DEFINITIVA(S) DE RESPOSTA(S), **SOB PENA DE ELIMINAÇÃO.**

6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.

7. **Haverá o toque do 3º sinal sonoro de encerramento das provas**, conforme controle do quadro de sala.

8. As três últimas pessoas candidatas deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.

9. **A RESPONSABILIDADE REFERENTE À INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS DAS QUESTÕES É EXCLUSIVA DA PESSOA CANDIDATA.**

10. No caderno de questões, você poderá rabiscar, riscar e calcular.

11. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

**Controle de  
QUALIDADE  
Fundatec**

V1\_13/03/2026 16:17:04

**Eco  
Friendly**A Fundatec utiliza papel  
com certificação florestal  
e tinta biodegradável.**Concursos  
fundatec**  
ISO 9001



**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 01** – O controle de constitucionalidade é um instrumento essencial para a preservação da supremacia da Constituição Federal no ordenamento jurídico. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) O controle de constitucionalidade consiste na verificação da compatibilidade entre leis ou atos normativos e a Constituição, abrangendo tanto aspectos formais quanto materiais.
- B) A análise de constitucionalidade pode incidir sobre atos administrativos, especialmente quando estes contrariarem diretamente a Constituição, não alcançando, em regra, leis produzidas pelo Poder Legislativo.
- C) O controle de constitucionalidade tem como principal objetivo diminuir a atividade legislativa sempre que houver lacunas normativas.
- D) A verificação da constitucionalidade das normas ocorre, em regra, no âmbito do Poder Legislativo, antes da promulgação das leis, podendo ser complementada por outros mecanismos de controle.

**QUESTÃO 02** – A respeito da inconstitucionalidade e de seus efeitos no ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta.

- A) A inconstitucionalidade atinge o plano de validade do ato incompatível com a Constituição, acarretando, em regra, sua nulidade de pleno direito.
- B) A inconstitucionalidade constitui vício que atinge o plano da eficácia da norma, mantendo sua validade enquanto não revogada pelo legislador.
- C) A norma inconstitucional permanece válida até que seja declarada inválida por ato do Poder Executivo.
- D) O vício de inconstitucionalidade se dá nas leis ordinárias, não podendo atingir outros atos normativos.

**QUESTÃO 03** – Nos termos da Constituição Federal, no que se refere ao requisito da repercussão geral no recurso extraordinário, assinale a alternativa correta.

- A) A demonstração da repercussão geral é exigida do recorrente, podendo o Supremo Tribunal Federal (STF), em hipóteses excepcionais, proceder à sua análise de ofício em momento processual oportuno.
- B) A repercussão geral deve ser demonstrada pelo recorrente quando o recurso extraordinário tratar de matéria infraconstitucional.
- C) A repercussão geral constitui requisito de admissibilidade do recurso extraordinário, devendo ser demonstrada pelo recorrente, podendo o STF recusar o recurso pela manifestação de dois terços de seus membros.
- D) O reconhecimento da repercussão geral compete ao relator do recurso extraordinário, independentemente da manifestação do colegiado.

**QUESTÃO 04** – A Constituição Federal estabelece hipóteses específicas de cabimento do recurso extraordinário como instrumento destinado a assegurar a supremacia da ordem constitucional. Conforme disposto no art. 102, III, da Constituição Federal, considerando as competências do STF sobre o recurso extraordinário, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso extraordinário poderá ser interposto quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, ou julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.
- B) O recurso extraordinário será cabível quando houver violação direta à Constituição, não sendo admitido quando a decisão declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- C) O recurso extraordinário é cabível quando há divergência jurisprudencial entre tribunais estaduais acerca da interpretação de lei federal.
- D) O recurso extraordinário é destinado à revisão de matéria infraconstitucional decidida pelos tribunais superiores.

**QUESTÃO 05** – A Constituição Federal estabelece um rol de legitimados para a propositura de ações no controle concentrado de constitucionalidade. Considerando o disposto no art. 103 da Constituição, acerca dos legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) perante o STF, assinale a alternativa correta.

- A) O rol de legitimados previsto na Constituição Federal é exemplificativo, admitindo ampliação por meio de lei ordinária, desde que haja pertinência temática com o objeto da ação.
- B) Partido político com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possuem legitimidade para propor ADI e ADC.
- C) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimação para a propositura de ADI, mas, para isso, é necessária comprovação de pertinência temática entre seus objetivos institucionais e a norma impugnada.
- D) Aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo da União não é legitimado propor ADI.

**QUESTÃO 06** – No sistema brasileiro de controle concentrado de constitucionalidade, pode ocorrer a coexistência de ADIs propostas perante tribunais estaduais e perante o STF. Considerando o entendimento firmado pelo STF no julgamento da ADI 3.659/AM acerca da coexistência dessas ações e do princípio da igualdade no acesso a cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- A) O julgamento de ADI por Tribunal de Justiça estadual impede o julgamento de ação semelhante pelo STF, independentemente do fundamento utilizado.
- B) Caso o Tribunal de Justiça julgue procedente a ADI com fundamento em norma de Constituição Estadual que possua correspondência com a Constituição Federal, fica automaticamente prejudicado o julgamento da ADI perante o STF.
- C) O julgamento de ADI por Tribunal de Justiça prejudica o julgamento de ADI no STF quando a decisão reconhecer a constitucionalidade da norma questionada.
- D) A decisão de Tribunal de Justiça que julgou procedente a ADI com base em norma da Constituição Estadual sem correspondência com a Constituição Federal pode prejudicar o julgamento da ADI no STF.

**QUESTÃO 07** – No sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, decisões proferidas por Tribunais de Justiça em sede de ADI estadual podem, em determinadas hipóteses, ser objeto de recurso extraordinário ao STF. Considerando a jurisprudência do STF e o entendimento consolidado na Súmula 284, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso extraordinário contra decisão de Tribunal de Justiça em ADI estadual é cabível, independentemente do parâmetro constitucional utilizado no controle de constitucionalidade.
- B) O recurso extraordinário será admitido quando a decisão do Tribunal de Justiça se basear em norma da Constituição Estadual sem correspondência com a Constituição Federal.
- C) É admissível recurso extraordinário contra decisão proferida em ADI estadual quando o parâmetro de controle for norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória pela Constituição Estadual.
- D) O recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual é de interposição exclusiva do Procurador-Geral da República.

**QUESTÃO 08** – A Lei nº 9.882/1999 estabelece que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) possui caráter subsidiário, somente sendo admitida quando não houver outro meio eficaz de sanar a lesividade ao preceito fundamental. Considerando o entendimento do STF no julgamento da ADPF 387, assinale a alternativa correta.

- A) A existência de ações judiciais ou recursos processuais disponíveis impede, automaticamente, o ajuizamento de ADPF perante o STF.
- B) A ADPF pode ser utilizada para questionar decisões judiciais quando houver controvérsia relevante sobre a interpretação constitucional adotada pelo Poder Judiciário, mesmo que existam outros processos ou recursos em curso.
- C) A ADPF é cabível para impugnar atos normativos primários do Poder Legislativo, sendo vedada sua utilização contra decisões judiciais.
- D) O requisito da subsidiariedade impede a utilização da ADPF quando há possibilidade de interposição de recurso extraordinário.

**QUESTÃO 09** – Considerando a teoria geral do controle de constitucionalidade e seus pressupostos de existência, assinale a alternativa correta.

- A) A existência de controle de constitucionalidade depende da presença de três pressupostos fundamentais: Constituição formal, Constituição rígida e órgão competente para realizar a fiscalização da compatibilidade das normas com a Constituição.
- B) O controle de constitucionalidade depende da existência de uma Constituição consuetudinária e flexível, que permita a adaptação das normas infraconstitucionais às mudanças sociais.
- C) O controle de constitucionalidade pressupõe a adoção exclusiva do modelo concentrado de controle nos sistemas jurídicos em que se manifesta.
- D) A existência de uma Constituição escrita constitui elemento relevante para a efetividade do controle de constitucionalidade, podendo, em determinadas circunstâncias, reduzir a necessidade de maior rigidez constitucional ou de definição expressa de órgão competente para sua realização.

**QUESTÃO 10** – No âmbito do controle de constitucionalidade, a doutrina distingue diferentes formas de inconstitucionalidade, entre as quais se destacam a inconstitucionalidade por ação e a inconstitucionalidade por omissão. Considerando essas categorias, assinale a alternativa correta.

- A) A inconstitucionalidade por ação ocorre quando o Poder Público deixa de editar norma necessária à efetivação de um comando constitucional.
- B) A inconstitucionalidade por omissão caracteriza-se pela edição de lei ou ato normativo cujo conteúdo contraria diretamente a Constituição.
- C) A inconstitucionalidade por omissão somente pode ocorrer no âmbito do Poder Legislativo, não podendo ser atribuída a outros órgãos estatais.
- D) A inconstitucionalidade por ação pressupõe a existência de lei ou ato normativo incompatível com a Constituição, enquanto a inconstitucionalidade por omissão decorre da ausência de norma necessária à concretização de preceito constitucional.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**QUESTÃO 11** – Considerando as disposições da Lei Estadual nº 17.928/2012, que estabelece normas suplementares de licitações e contratos pertinentes a obras, compras e serviços, bem como convênios, outros ajustes e demais atos administrativos negociais no âmbito do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- A) A Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
- B) Nas licitações para aquisição de bens, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até 20% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo tal cota facultativa nas licitações para prestação de serviços e execução de obras de natureza divisível.
- C) Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com determinados documentos, entre eles a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro competente, quando o convênio tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias.
- D) O Poder Público dará publicidade semestral, no Portal da Transparência do Estado e nos respectivos sítios de cada unidade da administração estadual, da relação de todas as aquisições realizadas no período pela administração direta e indireta, de maneira a permitir a identificação do bem ou serviço adquirido, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o procedimento de aquisição, o nome do fornecedor e os valores totais da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexistência de licitação.

**QUESTÃO 12** – Em consonância com o disposto na Lei Estadual nº 20.756/2020, assinale a alternativa que indica hipótese NÃO considerada como período de efetivo exercício pelos servidores.

- A) Licença por motivo de afastamento do cônjuge.
- B) Casamento ou união estável, por 8 dias consecutivos.
- C) Licença para capacitação.
- D) Licença-maternidade.

**QUESTÃO 13** – Assinale a alternativa que NÃO indica uma forma de provimento de cargo público nos termos da Lei Estadual nº 20.756/2020.

- A) Readaptação.
- B) Remoção.
- C) Reversão.
- D) Reintegração.

**QUESTÃO 14** – Assinale a alternativa que indica um princípio básico da Administração Pública que, embora não conste expressamente no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, está explicitado na Constituição do Estado de Goiás.

- A) Legalidade.
- B) Moralidade.
- C) Publicidade.
- D) Razoabilidade.

**QUESTÃO 15** – Considerando o tema da organização administrativa, mais especificamente a disciplina jurídica da Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa que está em consonância com as disposições constitucionais e orientações jurisprudenciais sobre a matéria.

- A) É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde.
- B) As associações, inclusive públicas, têm personalidade jurídica de direito privado.
- C) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- D) As autarquias integram a Administração Indireta e podem ser pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**QUESTÃO 16** – Considerando o tema poderes administrativos, em consonância com a orientação fixada pelo STF em sede de Repercussão Geral, analise o trecho abaixo:

- É \_\_\_\_\_ a delegação de poder de polícia, por meio de \_\_\_\_\_, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública Indireta de capital social \_\_\_\_\_ público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) inconstitucional – lei – majoritariamente
- B) constitucional – lei – majoritariamente
- C) constitucional – decreto – exclusivamente
- D) inconstitucional – decreto – exclusivamente

**QUESTÃO 17** – Sobre as disposições da Lei nº 14.133/2021, que versa sobre licitações e contratos, assinale a alternativa correta.

- A) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- B) O contratado não precisa manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- C) É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração.
- D) Os contratos regidos pela referida Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração quando conveniente a substituição da garantia de execução.

**QUESTÃO 18** – Uma ação de indenização por danos materiais e morais foi fundada em responsabilidade civil da Administração por alegado erro médico praticado por servidor público no exercício de suas atribuições em estabelecimento hospitalar estadual. Na ação, que foi ajuizada contra o Estado de Goiás e contra o agente que supostamente praticou a conduta danosa, o juiz reconheceu a ilegitimidade do agente público para figurar no polo passivo da relação processual. Nesse caso, o entendimento adotado pelo magistrado:

- A) Não está em consonância com a jurisprudência sobre a matéria, pois, em demandas desse tipo, o agente público causador do dano deve necessariamente figurar em litisconsórcio passivo com o ente público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público ao qual ou à qual é também imputada responsabilidade.
- B) Não está em consonância com a jurisprudência sobre a matéria, pois, em demandas como a apresentada, o agente público causador do dano pode ou não figurar no polo passivo em litisconsórcio com o ente público ou pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público ao qual ou à qual é também imputada responsabilidade.
- C) Está em plena consonância com a orientação jurisprudencial sobre a matéria, pois o STF fixou o entendimento de que a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- D) Está em plena consonância com a orientação jurisprudencial sobre a matéria, pois o STF fixou o entendimento de que a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, observado, no entanto, que não é assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**QUESTÃO 19** – No que concerne aos processos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União (TCU), asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- B) Em regra, os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório aplicam-se apenas de forma subsidiária.
- C) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar não se restringe ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo possível incursão no mérito administrativo, sem ressalvas.
- D) A autoridade administrativa não pode se utilizar de fundamentação *per relationem*.

**QUESTÃO 20** – Mário foi vítima fatal de disparo com arma de fogo em operação policial conduzida pelo Estado ABC. Considerando o teor da jurisprudência do STF a respeito de casos desse tipo, assinale a alternativa correta.

- A) A teoria do risco integral explica a responsabilidade do Estado, na esfera cível, por morte decorrente de operação de segurança pública.
- B) É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.
- C) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado.
- D) Não se exige nexo de causalidade entre a conduta e o dano para que o Estado responda pelos danos descritos.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**QUESTÃO 21** – Considerando o regime jurídico da suspensão da exigibilidade do crédito tributário disciplinado pelo Código Tributário Nacional, bem como suas repercussões práticas no processo administrativo e judicial tributário, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O parcelamento, enquanto regularmente cumprido, obsta a exigibilidade do crédito, sem prejuízo da incidência de encargos previstos na legislação específica.
- B) As impugnações e os recursos administrativos possuem aptidão suspensiva, desde que interpostos na forma e nos prazos previstos na legislação pertinente.
- C) A concessão de provimento jurisdicional de natureza provisória, ainda que em ação diversa do mandado de segurança, pode produzir efeito suspensivo sobre a exigibilidade.
- D) A moratória individual, uma vez regularmente concedida ao sujeito passivo que preencha os requisitos legais, não pode ser revista de ofício pela administração tributária, salvo por determinação judicial.

**QUESTÃO 22** – Com suporte na lição de Alexandre Tavares (2009), bem como nas disposições do Código Tributário Nacional, analise o trecho abaixo:

- Serviço público específico e divisível e atos do poder de polícia, endereçados aos administrados, comportam um só tipo de custeio vinculadamente compulsório, qual seja, remuneração proveniente da cobrança de \_\_\_\_\_, cujo quadro não se altera na hipótese de os serviços serem prestados mediante concessão, permissão ou autorização.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) imposto
- B) taxa
- C) contribuição social
- D) contribuição de melhoria

**QUESTÃO 23** – Em matéria de Direito Tributário, a Súmula 383 do STF estabelece que a prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por \_\_\_\_\_, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de \_\_\_\_\_ anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) 1 ano – 4
- B) 1 ano – 5
- C) 2 anos – 4
- D) 2 anos e meio – 5

**QUESTÃO 24** – Com base no teor das Súmulas Vinculantes aprovadas pelo STF em matérias de natureza tributária, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- B) O ICMS incide sobre a alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- C) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembarço aduaneiro.
- D) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

**QUESTÃO 25** – Considerando o regime jurídico da execução fiscal disciplinado pela Lei nº 6.830/1980 e a interpretação consolidada da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A substituição da Certidão de Dívida Ativa é admitida até a prolação da sentença de embargos, desde que não implique modificação do sujeito passivo da execução.
- B) O juiz poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente após a oitiva prévia da Fazenda Pública, quando verificada a paralisação do feito nas hipóteses previstas em lei.
- C) O executado poderá garantir a execução mediante depósito, fiança bancária ou seguro garantia judicial, observada a ordem legal de preferência de bens.
- D) A execução fiscal não admite a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios quando extinta em razão do reconhecimento da prescrição.

**QUESTÃO 26** – Sobre a ação de mandado de segurança, com base na Lei Federal nº 12.016/2009, analise as assertivas abaixo:

- I. Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá apelação e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre.
- II. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade ou de parte dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
- III. Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for concedida.
- IV. O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 180 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas I, III e IV.

**QUESTÃO 27** – Um cidadão ajuíza ação popular visando anular benefício fiscal concedido por município a determinada empresa, sob o argumento de renúncia ilegal de receita tributária e violação ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumulando pedido de recomposição do erário. Considerando o regime jurídico da Lei nº 4.717/1965, o diálogo com o Direito Tributário e a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- A) A ação popular admite o controle jurisdicional de atos normativos concretos que impliquem renúncia indevida de receita tributária, sendo prescindível a demonstração de dano efetivo quando caracterizada potencial lesão ao patrimônio público decorrente da frustração ilegítima de receitas.
- B) A eventual procedência da ação popular implica a nulidade do benefício fiscal com efeitos exclusivamente prospectivos, em respeito à segurança jurídica e à proteção da confiança legítima do contribuinte beneficiado.
- C) A procedência do pedido anulatório em ação popular impede a posterior constituição do crédito tributário relativo ao período em que vigente o benefício fiscal, em razão da vedação à retroatividade tributária.
- D) A análise judicial da legalidade de benefício fiscal por meio de ação popular depende da prévia manifestação do Tribunal de Contas competente acerca da regularidade da renúncia de receita, em razão do caráter técnico da matéria.

**QUESTÃO 28** – Considerando o disposto na Lei Federal nº 7.347/1985, NÃO será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam:

- A) Infração da ordem econômica.
- B) Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- C) Tributos, contribuições previdenciárias, o fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- D) A honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

**QUESTÃO 29** – Sobre as inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 no Sistema Tributário Nacional, especialmente quanto à tributação sobre o consumo e ao modelo federativo de arrecadação, assinale a alternativa correta.

- A) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será instituído por lei complementar federal, substituindo integralmente o ICMS e o ISS, sendo sua arrecadação centralizada na União, que posteriormente fará a repartição aos demais entes federativos.
- B) A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o IBS observarão o princípio da não cumulatividade plena, admitindo-se a concessão de créditos financeiros amplos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas na Constituição.
- C) O IBS terá caráter facultativo para os Estados e Municípios, em respeito à autonomia federativa, podendo os entes optarem pela manutenção de seus atuais tributos sobre o consumo.
- D) O novo modelo constitucional veda expressamente a concessão de regimes diferenciados ou favorecidos na tributação sobre o consumo, em razão do princípio da simplicidade tributária.

**QUESTÃO 30** – Considerando as disposições da Emenda Constitucional nº 132/2023 relativas à transição do modelo tributário sobre o consumo, aos mecanismos de compensação federativa e à governança do novo sistema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Comitê Gestor do IBS possuirá autonomia técnica, administrativa e financeira, sendo composto por representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cabendo-lhe, entre outras atribuições, uniformizar a interpretação da legislação do imposto.
- B) O princípio da transparência tributária foi reforçado pela exigência de que os tributos sobre o consumo tenham seus valores destacados nos documentos fiscais, de forma a evidenciar o montante efetivamente suportado pelo consumidor.
- C) A instituição do Imposto Seletivo tem como finalidade desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, podendo sua arrecadação ter destinação vinculada a finalidades específicas definidas em lei.
- D) A regulamentação do IBS poderá autorizar que Estados e Municípios instituem benefícios fiscais autônomos, desde que não impliquem redução nominal de alíquotas, como forma de preservar a autonomia federativa.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**QUESTÃO 31** – Diversos servidores estaduais, em litisconsórcio voluntário, propuseram ação cível de procedimento comum em relação ao Estado de Viva Feliz. No décimo dia do prazo para a contestação, o demandado apresentou pedido de limitação de litisconsortes, alegando que a quantidade excessiva de autores compromete a rápida solução da lide e dificulta a defesa. O magistrado indeferiu o pedido. O prazo para o réu apresentar contestação, após intimado dessa decisão, é de quantos dias úteis?

- A) 15.
- B) 20.
- C) 30.
- D) 60.

**QUESTÃO 32** – Foi ajuizada demanda pelo procedimento comum em relação ao Estado de Viva Feliz, na qual o autor postula o fornecimento de determinado medicamento. O réu oferece contestação alegando a sua ilegitimidade passiva para a causa e indicando que a responsabilidade pelo fornecimento do medicamento pleiteado é do Município no qual o autor reside. Em face da contestação, o magistrado intimou o autor a se manifestar, o qual concordou com a alegação de ilegitimidade e requereu a alteração da petição inicial para substituição do Estado de Viva Feliz pelo Município indicado. É correto afirmar que, realizada a substituição:

- A) O autor reembolsará as despesas e pagará honorários ao procurador do réu excluído.
- B) O autor não reembolsará as despesas, mas pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que devem ser fixados entre 10 e 20% do valor da causa.
- C) Não haverá condenação do autor ao reembolso das despesas ou pagamento de honorários ao procurador do réu excluído.
- D) Caberá ao Município, se vencido na demanda, reembolsar as despesas e pagar os honorários ao procurador do réu excluído.

**QUESTÃO 33** – Foi impetrado mandado de segurança em relação a ato do Governador do Estado de Viva Feliz perante o Tribunal de Justiça do Estado. Após o devido processamento, foi proferido acórdão negando a concessão da segurança pleiteada. Considerando não ser caso de interposição de recurso de embargos de declaração, o recurso adequado para atacar a decisão é o:

- A) Recurso especial.
- B) Recurso extraordinário.
- C) Recurso ordinário para o STJ.
- D) Recurso ordinário para o STF.

**QUESTÃO 34** – Considerando o entendimento majoritário do STF sobre o mandado de segurança, analise as seguintes assertivas:

- I. É inconstitucional a proibição de concessão de liminar em mandado de segurança para compensação de créditos tributários, entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, reclassificação ou equiparação de servidores públicos e concessão de aumento ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- II. É inconstitucional o prazo decadencial de 120 dias para a impetração do mandado de segurança.
- III. Não cabe condenação em honorários sucumbenciais em mandado de segurança.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.

**QUESTÃO 35** – O Estado de Viva Feliz ajuizou demanda cível de procedimento comum em relação a determinada empresa, visando a revisão de um contrato administrativo. O magistrado, ao analisar a petição inicial, verificou a ausência de documento que entende necessário para o recebimento da petição, determinando sua emenda. O prazo para o autor realizar a emenda da petição inicial é de quantos dias úteis?

- A) 10.
- B) 15.
- C) 20.
- D) 30.

**QUESTÃO 36** – Ajuizada ação de cobrança pelo procedimento comum em relação ao Estado de Viva Feliz, o magistrado, antes de determinar a citação do réu, constata a ocorrência da prescrição da pretensão do autor. Nesse caso, o magistrado deve:

- A) Determinar a emenda da petição inicial.
- B) Extinguir o processo sem julgamento do mérito.
- C) Julgar liminarmente improcedente o pedido.
- D) Indeferir a inicial.

**QUESTÃO 37** – O Estado de Viva Feliz ajuizou demanda cível pelo procedimento comum em relação a dois réus. Na decisão de saneamento, o magistrado extinguiu o processo com julgamento do mérito em relação a um dos réus e determinou o prosseguimento do feito em relação ao outro demandado. O meio recursal adequado para o Estado de Viva Feliz atacar a decisão é o:

- A) Recurso ordinário.
- B) Agravo de instrumento.
- C) Agravo interno.
- D) Agravo de petição.

**QUESTÃO 38** – Determinada ação cível de procedimento comum proposta por particular em relação ao Estado de Viva Feliz foi julgada improcedente, sendo o autor condenado ao pagamento de honorários sucumbenciais no montante de 10% do valor da causa. A decisão transitou em julgado, e o credor apresentou pedido de cumprimento de sentença. O devedor será intimado e deverá realizar o pagamento da dívida no prazo de quantos dias úteis?

- A) 5.
- B) 15.
- C) 20.
- D) 30.

**QUESTÃO 39** – O Estado de Viva Feliz realizou a contratação de determinada sociedade empresária para a prestação de serviços, porém foi ajuizada ação popular buscando a declaração de nulidade do contrato. Nesse caso, deve haver litisconsórcio passivo

- A) voluntário e simples.
- B) voluntário e unitário.
- C) necessário e simples.
- D) necessário e unitário.

**QUESTÃO 40** – Determinada ação popular ajuizada em relação ao Estado de Viva Feliz foi julgada improcedente. A parte autora deixou de recorrer da sentença, transcorrendo *in albis* o prazo recursal. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- A) O magistrado deve encaminhar os autos ao Tribunal de Justiça do Estado, para reexame necessário.
- B) O juiz deve intimar o Ministério Público para exercer a faculdade recursal.
- C) Qualquer cidadão pode intervir no feito e requerer a devolução do prazo recursal.
- D) O autor deve ser condenado ao pagamento de honorários sucumbenciais.

**PROVA DISCURSIVA**

**Instruções:** Elabore um texto com extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas, de acordo com a proposta abaixo:

O Estado de Goiás firmou contrato administrativo com uma sociedade empresária privada para a prestação de serviços de manutenção em prédios públicos. Após fiscalização realizada pela Administração, verificou-se que a contratada não estava cumprindo integralmente as obrigações contratuais. Diante disso, a Administração instaurou processo administrativo, garantindo à contratada o direito de manifestação e produção de provas. Ao final do processo, foi aplicada multa administrativa prevista no contrato. Inconformada, a sociedade empresária ajuizou ação judicial contra o Estado de Goiás buscando a anulação da penalidade, alegando que a sanção foi aplicada de forma indevida. Na ação judicial, além de postular a produção de prova testemunhal e pericial, requereu tutela provisória para suspender imediatamente a cobrança da multa até o julgamento final da causa.

Com base na situação hipotética apresentada, elabore um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos: (i) os fundamentos jurídicos que justificam a prerrogativa da Administração Pública para aplicar sanções administrativas a particulares em contratos administrativos, com base no regramento dos contratos administrativos e na Teoria dos Poderes Administrativos; (ii) os princípios constitucionais que devem ser observados pela Administração Pública ao instaurar o processo administrativo para apurar o descumprimento contratual; (iii) o rito processual a ser adotado na ação proposta e os limites do controle a ser exercido pelo Poder Judiciário; (iv) os requisitos para a concessão da tutela provisória, de acordo com o Direito Processual Civil.

Utilize este espaço para fazer seu rascunho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	